

## Avaliar a oralidade: desafios para um futuro presente?

Paula Simões<sup>1</sup>

### 1. Declaração de interesses

Pede-me a APP uma reflexão sobre a avaliação da oralidade, e eu exulto e temo. Esclareço: como professora de língua estrangeira, é uma área, digamos, *close to my heart*, perdoem-me o anglicismo que levo entranhado. Na didática da língua estrangeira, e nos seus principais documentos enquadradores, a produção oral (*speaking, sprechen, hablar, l'expression orale*, só para nos centrarmos nas principais línguas estrangeiras do currículo português) é, só por si, uma competência objeto de aprendizagem dentro da competência comunicativa. Embora saibamos que, numa situação de interação não deixará nunca de haver a intervenção da compreensão do oral (*listening, hören, comprensión auditiva, la compréhension orale*), são, por direito, domínios independentes dentro das competências de comunicação. Não é assim na didática do português, como podemos perceber da leitura das *Aprendizagens essenciais* da disciplina, quando são estabelecidos os princípios básicos do que os alunos devem desenvolver no domínio da **oralidade** – entenda-se compreensão e expressão. No que a este breve e humilde texto diz respeito, falarei de oralidade no âmbito da expressão oral – não porque presuma de capacidade para ajuizar da fundamentação científica de um e de outro ponto de vista sobre o que constitui o domínio da oralidade, mas sim porque é a **expressão**, e não a compreensão, o objeto da minha reflexão.

### 2. De que falamos quando falamos de avaliação da oralidade

Volto às *Aprendizagens essenciais* e centro-me no que considero a pedra de lançamento dos fundamentos organizadores e estruturantes da oralidade – o 1.º ciclo do ensino básico. O edifício da aquisição da linguagem e da utilização da língua como instrumento de comunicação começou muito antes mas é neste princípio da escolaridade formal que deve começar a reconstrução da aprendizagem da língua enquanto instrumento funcional com intencionalidades e para contextos específicos, como se pode ler no texto de introdução do documento:

Estas aprendizagens são essenciais para...preparar adequadamente uma intervenção num debate, para apresentar uma comunicação sobre uma questão científica ou tecnológica, para intervir com propriedade em qualquer discussão de ideias, para comunicar conhecimento e defender ideias, (...) Ao longo do 1.º ciclo do ensino básico, a disciplina de Português permitirá aos alunos desenvolverem, em níveis progressivamente mais exigentes, competências nucleares em domínios específicos: a compreensão do oral, a expressão oral, a leitura, a educação literária, a expressão escrita e o conhecimento explícito da língua (...). (...) expressar-se de forma adequada (de modo claro, audível, e apropriado ao contexto), desenvolvendo capacidades discursivas como elaborar narrativas, descrições, opiniões, pedidos, num processo de desenvolvimento e consolidação da competência comunicativa (...).

*Aprendizagens essenciais de português, 1.º ciclo, pp.1-2.*

---

<sup>1</sup> Diretora de Serviços de Avaliação Externa. IAVE, I.P.

Está, pois, devidamente consignada em currículo prescrito a centralidade da oralidade na construção da competência comunicativa dos alunos desde o início da aprendizagem formal. Se continuasse a citar os documentos curriculares de referência para os ciclos de escolaridade subsequentes, verificaria a transversalidade destes pressupostos. É um entendimento muito agregador da oralidade enquanto veículo de comunicação e, até, fundamento de cidadania ativa e de participação numa relação dialógica social fundamental.

Ora, avaliar a oralidade neste contexto curricular significaria centrarmo-nos no foco evidentemente comunicativo e interventivo do currículo prescrito e desenvolver dispositivos de avaliação cujo objetivo fosse recolher evidências de desempenho competente dos alunos dentro do constructo comunicativo claramente enunciado. Imaginem, por facilidade de explicitação do que aqui escrevo, que nos encontrávamos, não no ambiente de um artigo de uma revista, mas sim num contexto de formação – e poderia propor-vos o seguinte exercício:

Na definição de um dispositivo de avaliação da oralidade, que aspetos valorizariam e porquê? Ordenem, por favor, a lista e justifiquem as opções que subjazem à ordem proposta.

Aspetos	Ordem
Competência linguística (fluência)	
Conhecimento estrutural do discurso	
Competência estratégica (estratégias de sucesso: paráfrase, reformulação, mudança de código, estratégias não linguísticas...)	
Competência linguística (rigor sistémico)	
Conhecimento sociolinguístico	
Conhecimento pragmático	
Competência linguística (apropriação fonológica)	
Competência estratégica (estratégias de desvio de problemas: desvio de tópico, mensagem incompleta, não utilização de palavras que não se sabe pronunciar...)	

Os aspetos elencados são fundamentais, na didática de uma língua, porque deles emergem as características essenciais do discurso oral. Posso garantir-vos que as ordenações propostas e as suas justificações dariam, de forma muito “vocal”, desculpem a expressão, uma ideia razoavelmente rigorosa das perceções e dos posicionamentos didáticos de cada um de nós, e da importância atribuída ao ato de comunicar oralmente.

### 3. A avaliação externa e a avaliação da oralidade

A avaliação externa tem sido, permitam-me esta inferência, um reflexo da sala de aula no que à **oralidade / expressão oral** diz respeito. Não tenho, infelizmente, evidências empíricas que corroborem esta minha ideia, e também não busquei eventuais estudos que, a existirem, pudessem ilustrar o que penso – confesso que não escrevo este artigo com intenções de produzir um texto científico, e limito-me a refletir, tal como me foi proposto. Mas teríamos conseguido passar tantos anos (26, para ser mais exata) sem avaliar a escrita nos instrumentos de avaliação externa? Esta espécie de pacificação com a ausência da oralidade enquanto objeto de avaliação nas provas e exames de Português existiria com a ausência da escrita? Acredito que não, e creio também que esta atitude é um espelho do que é mais valorizado na sala de aula. Tenho vindo a mencionar, em diversos fóruns, a minha perceção acerca da sacralidade da escrita e da subalternização da oralidade no desen-

volvimento do currículo, algo que percebo também fora do domínio do ensino do Português. No entanto, repito, é apenas a minha opinião. Reforço, igualmente, que a ausência da oralidade na avaliação externa é algo que, enquanto responsável, me deixa pouco confortável e muito insatisfeita. Há, obviamente, constrangimentos logísticos importantes que nos têm impedido de avançar; não tem sido fácil pensar em soluções exequíveis. A transição para provas em formato eletrónico e a utilização de meios digitais poderão ser, neste contexto, uma boa solução, não só na aplicação das provas mas também na operacionalização do processo de classificação. Já há estudos e investigação a serem desenvolvidos que apontam para soluções funcionais, que nos permitiriam a todos perceber se, e como, a oralidade pode assumir o papel que lhe cabe na aprendizagem, não de uma disciplina, mas do património comum que é a nossa língua materna.

## Referências

- Aprendizagens essenciais de Português para o 1.º ciclo*, acessível em [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens\\_Essenciais/1\\_ciclo/ae\\_1.o\\_ano\\_1o\\_ciclo\\_eb\\_portugues.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/ae_1.o_ano_1o_ciclo_eb_portugues.pdf)
- Bachman, L. (2007). What is the Construct? The dialectic of abilities and contexts in defining constructs in language assessment. In Fox et alia (dir.). *Language testing reconsidered*. University of Ottawa Press. pp. 41-71.
- Bachman, L (1990). *Fundamental considerations in language testing*. OUP.
- Fumiyo Nakatsuhara & Vivien Berry (2021) Use of innovative technology in oral language assessment, *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, 28:4, 343-349, <https://doi.org/10.1080/0969594X.2021.2004530>
- Larry Davis & Spiros Papageorgiou (2021) Complementary strengths? Evaluation of a hybrid human-machine scoring approach for a test of oral academic English, *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, 28:4, 437-455, <https://doi.org/10.1080/0969594X.2021.1979466>
- Luoma, Sari. (2004). *Assessing Speaking*. C.U.P.
- Noizet, G & Caverni, J-P.(1985). *Psicologia da avaliação escolar*. Coimbra Editora.
- Peralta, H. (2002). Como avaliar competências. Algumas considerações. In Paulo Abrantes & Filomena Araújo (coords.) *Avaliação das Aprendizagens – Das concepções às práticas*. DEB-ME. pp. 25-34
- Wiggins, G. (1998). *Educative Assessment: designing assessments to inform and improve student performance*. Jossey.